

Nota do Editor-Chefe

É com satisfação que apresentamos mais uma edição da **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, reafirmando o compromisso da Revista com a divulgação da produção científica jurídica, com o diálogo interdisciplinar e com a reflexão crítica sobre os desafios que marcam o Direito contemporâneo.

Os artigos que compõem esta edição revelam a amplitude e a diversidade da pesquisa jurídica atual. Embora partam de objetos distintos, os trabalhos convergem em torno de uma preocupação comum: compreender como as transformações tecnológicas, institucionais, sociais e políticas contemporâneas desafiam categorias jurídicas consolidadas e exigem novas formas de interpretação, regulação e proteção de direitos.

A inteligência artificial ocupa lugar de destaque neste número. Os trabalhos dedicados à utilização de sistemas algorítmicos pelo Estado, à rotulagem de conteúdos sintéticos e à utilização de inteligência artificial nos tribunais examinam diferentes dimensões da crescente incorporação da tecnologia às relações jurídicas e às instituições. As pesquisas chamam atenção, sob perspectivas distintas, para questões como transparência, responsabilidade, proteção de direitos, controle e os limites da automação das decisões.

As transformações tecnológicas também aparecem no âmbito das relações de trabalho e da investigação criminal. O estudo sobre o trabalho em plataformas digitais discute os limites das categorias tradicionais de subordinação diante do controle algorítmico e da gamificação, enquanto a pesquisa sobre o emprego de *malware* na obtenção de provas no processo penal examina os limites jurídicos de técnicas investigativas invasivas e a necessidade de compatibilização entre inovação tecnológica, legalidade e direitos fundamentais.

A presente edição contempla, igualmente, importantes questões de Direito Constitucional, Teoria do Direito e Teoria Política. O estudo dedicado ao mandado de injunção investiga as possibilidades de releitura do instituto diante das omissões normativas e de novos desafios de governança constitucional, inclusive em diálogo com as *injunctions* anglo-saxãs. Em outra perspectiva, o artigo que aproxima as formulações de Hans Kelsen e Carl Schmitt retoma um dos debates fundamentais acerca das relações entre autoridade, Direito e democracia.

O Direito Internacional e o Direito Comparado também integram este número. A análise do dualismo jurisdicional francês e da atuação do Tribunal de Conflitos permite refletir sobre os mecanismos institucionais de distribuição de competência entre as jurisdições administrativa e judiciária e sobre sua relação com as garantias previstas no artigo 6º da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Por fim, a edição amplia seu horizonte interdisciplinar ao incorporar uma investigação sobre jogos, poder e biopolítica, aproximando o fenômeno jurídico das reflexões contemporâneas sobre disciplina, governança e resistência. A abordagem permite compreender os jogos não apenas como manifestações culturais ou formas de entretenimento, mas também como espaços atravessados por relações de poder e por mecanismos de regulação da vida.

Outro aspecto que merece destaque é a diversidade institucional dos trabalhos publicados. A edição reúne pesquisadores vinculados a instituições brasileiras de diferentes regiões, como UFU, UNESP, UEL, UEM, UEMG, USP, UFC, PUC Minas, Unilavras, Faculdade de Direito Milton Campos e Faculdade do Sul de Minas, além de contar com contribuições vinculadas à Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy e à Université Paris-Cité. Essa pluralidade institucional fortalece o caráter nacional e internacional da Revista e amplia os espaços de diálogo acadêmico que buscamos promover. A diversidade temática e metodológica dos artigos confirma, assim, a vocação da Revista para acolher pesquisas que enfrentem problemas jurídicos relevantes a partir de diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e disciplinares. Mais do que registrar a produção acadêmica de seu tempo, uma revista científica deve contribuir para a construção de espaços de debate, questionamento e renovação do pensamento jurídico.

Agradecemos aos autores e autoras que confiaram seus trabalhos à Revista, bem como aos avaliadores, pareceristas, membros do corpo editorial e demais colaboradores que contribuíram para a realização desta edição. Esperamos que os textos aqui reunidos estimulem novas pesquisas, debates e interlocuções e que contribuam para uma compreensão crítica e plural dos desafios que se colocam ao Direito no presente.

Boa leitura!